



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**ESTADO DO TOCANTINS**

**REQUERIMENTO /2025**

Requer, nos termos do art. 67, § 4º e art. 70 do Regimento Interno, convocação de Reunião Extraordinária da Comissão Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço público.

Os Deputados abaixo assinados, nos termos do art. 67, § 4º e art. 70, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requerer **CONVOCAÇÃO** de Reunião Extraordinária da Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço público, para a deliberação de matérias importantes.

Sala das Sessões, 24 de Setembro de 2025.

Deputado **CLEITON CARDOSO**

Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**

Deputado **JORGE FREDERICO**

Deputado **OLYNTHO NETO**

Deputada **VANDA MONTEIRO**

Deputado **EDUARDO DO DERTINS**

Deputado **MOISEMAR MARINHO**

Deputado **GUTIERRES TORQUATO**

Deputado **MARCUS MARCELO**

Deputado **EDUARDO FORTES**



**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

**DESPACHO**

Nomeio Relator o Senhor(a) Deputado(a)  
JORGE FREDERICO....., referente  
ao(a) M.P...... n° 07/2025, na **Comissão de Defesa do  
Direito do Idoso.**

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2024.

Deputado **JORGE FREDERICO**  
Presidente da Comissão de Defesa do Direito do Idoso.

**REFERÊNCIA:** MEDIDA PROVISÓRIA Nº 07/2025

**AUTOR:** Governador do Estado do Tocantins

**ASSUNTO:** Altera a Lei nº 3.422, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e adota outras providências.

**RELATOR:** Deputado JORGE FREDERICO

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR,  
TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO**

**PARECER**

O Chefe do Poder Executivo do Estado do Tocantins submete à apreciação desta Casa, a Medida Provisória nº 07/2025, que “Altera a Lei nº 3.422, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e adota outras providências”.

Aduz o autor que a medida tem por finalidade atualizar os valores de remuneração fixados para as funções previstas na referida norma, contemplando os profissionais contratados temporariamente em diferentes áreas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

Informa, ainda, que de maneira específica, tratou de adequar a remuneração dos profissionais da educação, na conformidade da Portaria MEC nº 77, de 29 de janeiro de 2025, que estabeleceu o valor do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica para o exercício de 2025, na forma prevista na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art. 27, §§ 3º a 9º, da Constituição Estadual, e artigos 197 a 202, do Regimento Interno desta Casa.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos não foram apresentadas emendas.

A presente propositura foi analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação que concluiu que a matéria se encontra de ordem constitucional, legal e à técnica legislativa.

Na Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, foram analisados seus aspectos orçamentários e financeiros e, sendo favorável ao prosseguimento da Propositura.

Vem a esta Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes e Desenvolvimento Urbano e Serviço Público para análise do mérito, a qual não vislumbro nenhum óbice à tramitação da matéria.

Ante o exposto, diante da relevância social da presente proposta, e não havendo óbice quanto ao mérito, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** da **Medida Provisória nº 07/2025**, na forma aprovada pela Comissão anterior.

**É O PARECER.**

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 2025.



**Deputado JORGE FREDERICO**

Relator





ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

## DESPACHO

A Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Deputado(a) JORGE FREDERICO referente ao(a) N.P. nº 07/2025

OBS:.....

Encaminhe-se(a) (ao) PLENARIO

.....

Sala das Comissões, 24 de Setembro de 2025.

Deputado **JORGE FREDERICO**

Presidente da Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

**MEMBROS EFETIVOS PRESENTES**

**MEMBROS SUPLENTE PRESENTES**

Dep. CLEITON CARDOSO ( )	Dep. VALDEMAR JÚNIOR( )
Dep. JORGE FREDERICO (X)	Dep. OLYNTHO NETO( )
Dep. VANDA MONTEIRO ( )	Dep. EDUARDO DO DERTINS(X)
Dep. MOISEMAR MARINHO ( )	Dep. GUTIERRES TORQUATO(X)
Dep. MARCUS MARCELO ( )	Dep. EDUARDO FORTES( )



**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

**DESPACHO**

Encaminhe-se o(a) **MP. 07/2024**, a **COASP** para as devidas providências.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2025.

Assinatura manuscrita em azul de Raimundo Alves Guimarães.

**RAIMUNDO ALVES GUIMARÃES**

Coordenador de Assistência às Comissões